



ECONOMIA, SOCIEDADE E CONHECIMENTO NA AMAZÔNIA COLONIAL: breve teçume.

Geraldo Magela Daniel Júnior¹
Maria de Fátima Guedes Araújo²

RESUMO: Este artigo busca apontar e explicar a destinação das formas de ser, especialmente as formas de conhecimento, dos povos amazônicos tradicionais, por ocasião da invasão de seus territórios por alienígenas europeus, por volta do século XVII.

Palavras-chave: povos tradicionais amazônicos; conhecimento tradicional amazônico; processo civilizatório.

ABSTRACT: This paper seeks to point and explain the of being forms, especially the knowledge forms, of traditional amazon people, occasionally from the territorial invasion by European aliens around the XVII century.

Keywords: traditional amazon people; traditional amazon knowledge; civilization process.

¹Professor dos cursos de Pedagogia e Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Mestre em Ciências da Educação pelo Instituto Latino americano y Caribeño (IPLAC/Cuba), Doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e bolsista do programa RH-interiorização da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

² É Educadora Popular, Militante Feminista e Pesquisadora de Conhecimentos Tradicionais da Amazônia. Licenciatura curta em Letras pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), tem especialização em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Guararema (SP).

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva descrever sucintamente as formas de ser dos povos amazônicos tradicionais, especialmente suas formas de saber, ao tempo em que busca interpretar as ocorrências que os afligiram a partir dos primeiros embates com a civilização europeia, durante o período colonial da história brasileira.

Por esse direcionamento, a primeira seção é consagrada à explicitação do marco teórico e das categorias que nortearão a análise. A segunda descreve o encontro entre portugueses e nativos brasileiros, em 1500. As duas seções subsequentes tentam delinear os sistemas econômico, social e ideológico daquelas duas formações socioculturais. Na quinta seção, tenta-se explorar os desdobramentos, para os povos da Amazônia, da ulterior colonização do Brasil por Portugal. Por fim, a conclusão argumenta que a simultânea apropriação/desqualificação do saber indígena pelo colonato se constituiu em necessidade para a colonização da Amazônia e a exploração de suas riquezas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E CATEGORIAS BÁSICAS

A inteligibilidade da história humana necessita de categorias analíticas que apreendam os seus traços gerais e mais significativos. O presente artigo toma por referência a proposta de interpretação da evolução sociocultural humana elaborada por Darcy Ribeiro, em *O processo civilizatório*— obra que sintetiza estudos sobre o desenvolvimento sociocultural do homem, oferecendo um esquema histórico integral e explicitando as categorias fundamentais desse desenvolvimento³.

De acordo com Ribeiro (1988), a história recente do homem forjou-se mediante uma sucessão de “revoluções tecnológicas” e de “processos civilizatórios”. A categoria “revolução tecnológica” remete a momentos de transformações vultosas no aparato material mediante o qual as sociedades realizam a produção dos bens necessários à vida e/ou no aparato belicoso através do qual enfrentam as sociedades inimigas – e que conduzem, uns e outros a transformações efetivas na

³Apesar da publicação da 1ª edição do texto datar de 1968, nada mais pujante se produziu, de lá para cá, em termos de esclarecimento da desenvolvimento sociocultural do homem nos últimos milênios.

totalidade da vida social. A categoria “processo civilizatório” indica tanto o processo global de desenvolvimento sociocultural do homem como processos parciais e singulares, ocorridos dentro do processo global e que ajudaram a configurá-lo.

Assim, a evolução sociocultural se realiza como uma sucessão de processos civilizatórios que conduzem, sob o impulso de revoluções tecnológicas, certas sociedades à transmutação de seu modo de vida, conduzindo-as de uma determinada “formação sociocultural” para outra. “Formação sociocultural” denota tipos gerais de sociedade, fundados na conexão de três gêneros de determinantes: o tecnológico (ou sistema adaptativo), o social (ou sistema associativo) e o ideológico (ou sistema ideológico). O primeiro, tecnológico, diz respeito “ao caráter acumulativo do progresso tecnológico que se desenvolve desde formas mais elementares a formas mais complexas”. O segundo, social, se refere às relações entre a tecnologia usada por uma sociedade “e a magnitude de sua população, a forma de organização das relações interna entre seus membros, bem como das suas relações com outras sociedades.” O terceiro, ideológico, indica a interação entre tecnologia sociedade e cultura, esta última entendida como acervo de modos uniformizados de pensar “que se manifestam [...] nos artefatos e bens [...], através da conduta social, [...]pela comunicação simbólica e pela formulação da experiência social em corpos de saber, de crenças e de valores” (RIBEIRO, 1988, p. 49).

3 MUNDOS EM CONFRONTO

Ribeiro (1995, p. 44) descreve como deve ter sido o encontro entre índios e portugueses, em 1500: “se defrontaram, pasmos de se verem uns aos outros [...] a selvageria e a civilização”. Os lusitanos, “barbudos, hirsutos, fedentos de meses de navegação oceânica, escalavrados de feridas do escorbuto, olhavam, em espanto, o que parecia ser a inocência e a beleza encarnadas”. Os nativos, “vestidos da nudez emplumada, esplêndidos de vigor e de beleza, tapando as ventas contra a pestilência, viam, ainda mais pasmos, aqueles seres que saíam do mar”.

As sociedades que ali se deparavam expressavam distintos estágios da desenvolvimento sociocultural. De um lado, os índios, processando a revolução tecnológica agrícola, vivendo em sociedades tribais, fundadas em laços de parentesco e experiências compartilhadas, sem classes sociais com chefia política cabendo à liderança socialmente reconhecida em decorrência da experiência e do

prestígio. Já os portugueses experienciavam as conquistas da revolução tecnológica mercantil, politicamente organizados sob um Estado nacional monárquico, numa sociedade hierarquicamente estruturada em razão da propriedade fundiária, dos títulos nobiliárquicos, da burocracia administrativa-militar e da propriedade móvel⁴ (COE; SNOW; BENSON, 1997; RIBEIRO, 1995; 1998).

Aquele encontro entre povos tão distintos que, até então, mutuamente se desconheciam, de modo algum fora acontecimento fortuito. Era o desdobramento inevitável de uma civilização que tendo alcançado, por sucessivas revoluções tecnológicas, certo desenvolvimento material, se lançava ao mundo sob a necessidade imperiosa que adivinha da sua formação sociocultural específica.

4 SOCIEDADES AMAZÔNIDAS NO PERÍODO DA “DESCOBERTA” DO BRASIL

A ocupação das margens fluviais da região amazônica por povos que viviam de atividades extrativas e que desenvolveram um sistema tecnológico apropriado à vida na floresta iniciou-se por volta de 5.000 a. C. (COE; SNOW; BENSON, 1997; RIBEIRO, 1995). Dentre eles, alguns realizaram desenvolvimentos relativos à designada etapa inicial da “revolução agrícola”: agricultura de frutos e tubérculos (especialmente da mandioca), sem que isso os fizesse prescindir por completo das atividades de caça, pesca e coleta (RIBEIRO, 1988).

Em razão das limitações de seus sistemas adaptativos, eram sociedades tribais, cuja estrutura social caracterizava-se pela inexistência de classes sociais. A divisão social do trabalho fixava atividades idênticas para indivíduos do mesmo sexo e da mesma faixa etária, tendo como únicas exceções os papéis de chefe guerreiro (tuxaua) e de líder religioso (pajés e caraíbas), que implicavam atividades diferenciadas (COE; SNOW; BENSON, 1997; RIBEIRO, 1995, 1988).

Em algumas áreas de várzea e em terras de maior produtividade natural, “floresceram culturas indígenas de mais alto nível tecnológico, como as de Marajó e

⁴ Na organização socioeconômica do Estado português “prevaleceram os princípios do mercantilismo de inspiração despótica oriental sobre os princípios do capitalismo nascente. Assim é que [...] acima de um empresariado burguês capitalista, disposto a enfrentar a nobreza e o clero, se implantou uma vasta burocracia cartorial controladora do poder político-militar e arrecadadora de tributos. A expansão dos monopólios estatais sobre diversos setores produtivos se generaliza e prepondera em relação às empresas privadas, sujeitas continuamente a interferência governamental” (RIBEIRO, 1988, p. 170-1).

de Tapajós, que podiam manter aldeamentos com alguns milhares de habitantes” (RIBEIRO, 1995, p. 307). Ainda assim, permaneciam economias de propriedade comunal das terras e de produção para a subsistência, não existindo, nelas, nenhum ensejo para a acumulação privada de riquezas e para a exploração do trabalho alheio. Excedentes esporádicos eram “destinados a gastos supérfluos com atos de fé, ou ao consumo festivo”⁵ (RIBEIRO, 1998, p. 88).

No plano ideológico, eram sociedades possuidoras de um saber adaptado às condições da floresta equatorial: sabiam cultivar dezenas de espécies tropicais; identificavam a flora e a fauna da selva; conheciam os rios, riachos, igarapés, lagoas e as formas de vida que neles se desenvolviam; dominavam técnicas naturais de caçar, pescar e encontrar o desejado no meio da mata; enfrentavam com desenvoltura as águas com embarcações (canoas e balsas) resultantes de suas tecnologias; construía suas habitações e fabricavam os utensílios com matérias-primas da própria floresta. Suas concepções sobre a vida e a realidade eram de natureza mítica⁶(COE; SNOW; BENSON, 1997; RIBEIRO, 1995).

Esses traços gerais da vida econômica, social e cultural dos povos amazônicos os faziam constitutivos do tipo de formação sociocultural designada por Ribeiro (1998) de “agrícola indiferenciada”.

Importante registrar que, vítimas de etnocídio a partir dos primeiros contatos com o mundo europeu, as sociedades autóctones da Amazônia foram sendo paulatinamente, desfiguradas em seus modos de ser. No passado, por exemplo, rezas, magias, rituais sagrados etc. eram as únicas práticas de cura de

⁵O ritual dos *mastros*, desenvolvido pelas comunidades tradicionais da Amazônia até as derradeiras décadas do século passado, era reminiscência (ainda que em sincretismo com a religião do colonizador) desses “atos de fé” e de “consumo festivo”. O *mastro* consistia numa haste de 10 a 12 metros, firmada no centro do terreiro da comunidade, decorada com folhagens, flores, artesanatos, produtos cultivados comunitariamente e/ou coletados na natureza, encimada por uma bandeira que expressava a unidade da celebração. O ritual repetia-se a cada ano, e culminava com a derrubada daquele símbolo de união, fé e de diálogo com a terra. Na dinâmica de derrubada do *mastro*, os presentes organizavam um grande círculo em seu entorno e alguns o golpeavam com lâminas apropriadas até que viesse ao chão. Na sequência, os participantes disputavam para pegar algum produto da decoração. Porém, o objetivo maior consistia na posse da bandeira. Geralmente, aquele troféu ficava com alguém do sexo masculino a quem caberia a responsabilidade pela organização dos festejos do ano seguinte e por melhores métodos de cultivo e produção.

⁶O mito é a primeira explicação humana para o mistério da existência. Consiste numa narrativa na qual seres sobrenaturais ou lendários (deuses, espíritos, heróis etc.), em tempos primevos, através de atos mágicos ou grandes feitos, criam e/ou ordenam o universo e estabelecem regras para a vida social (ELIADE, 2000). O mito é o fundamento cognitivo das religiões. Estas, dentre os povos amazônicos, eram assemelhadas, mas com variações. “Os deuses eram as forças da natureza, controlando a água, o céu, as terras, as montanhas e o mar. Na maior parte das regiões havia um deus criador associado às origens e aos antepassados [...]” (COE; SNOW; BENSON, 1997, p. 158).

doenças dentre essas populações. Segundo as suas (das populações nativas) crenças, as enfermidades advinham da vingança dos espíritos das águas e das florestas, quando um princípio natural era violado, e apenas o pajé, mediador entre as realidades física e espiritual, dominava saberes e práticas apropriadas ao restabelecimento do equilíbrio físico e espiritual dos enfeitados. Como afirma a “benzedeira”⁷ Nilce Aporcino Campos, parintinense, 85 anos: “antigamente, não tinha doutor... Nós se curava com os Pajés, com os *Sacaca*⁸através das rezas, dos banhos, das puxações, das plantas, da água, da alimentação e de tudo que nós tinha. E nós tinha saúde”⁹.Esses saberes e práticas tradicionais de produção da saúde foram, lentamente, cedendo lugar às práticas alopáticas e hospitalocênticas da cultura dominante. Destarte, foram desqualificados, tomados como credíes, engendrando discriminações e corroendo o universo mítico dos povos da Amazônia.

5 REVOLUÇÃO MERCANTIL E FORMAÇÕES MERCANTIS SALVACIONISTAS

No século XVI, os povos da Europa muito distavam das formações agrícolas indiferenciadas da Amazônia, pois já haviam realizado uma sucessão de revoluções tecnológicas que se desdobraram em diversos processos civilizatórios gerais que ensejaram, por sua vez, uma sequência de formações socioculturais distintas. Alguns dentre eles, incluindo Portugal, passavam por uma nova revolução tecnológica, a revolução mercantil, que engendrou dois novos processos civilizatórios gerais dos quais brotaram duas novas formações socioculturais: os impérios mercantis salvacionistas e o capitalismo mercantil (RIBEIRO, 1988).

A revolução mercantil fundava-se em novos ou aperfeiçoados instrumentos de navegação, avanços na metalurgia e inovações no aparato da guerra. Baseava-se, também, na generalização de outras técnicas, como moinhos

⁷No universo da Curandagem, categoria que se utiliza de rezas e gestos para aplicar bênçãos e expulsar energias negativas de pessoas acometidas de depressão, quebrantos etc. A benzedeira, assim como outras categorias similares, defendem ter recebido o “*dom*” de entidades espirituais.

⁸Categoria referente a quem “nasce” com dons para curar. Em tupi, *Sacaca* significa “feitiço”: é o sentido mágico da relação com o sobrenatural. *Sacaca* é quem tem a capacidade ou o dom de práticas que permitem essa relação. Os pajés são considerados *Sacacas* porque nasceram com o dom da transcendência e com a capacidade ou o poder da cura. Os poderes dos pajés eram concedidos por “guias”: entidades espirituais que os orientavam sobre os diagnósticos, os rituais apropriados e o uso de ervas nos procedimentos curativos. Além dessa significação, o termo *Sacaca* apresenta outro sentido: “grande conhecedor da floresta”. Essa versão não tem cunho religioso e restringe-se à medicina popular/tradicional, ao conhecimento empírico de ervas e plantas.

⁹Depoimento concedido à Maria de Fátima Guedes Araújo, em março de 2006.

aplicados para acionar máquinas. Assentava-se, ainda, na instalação de tipografias, de fábricas de papel e na produção de instrumentos óticos (RIBEIRO, 1988).

A formação sociocultural lusitana era mercantil salvacionista. Foi plasmada através da nova tecnologia e das guerras de reconquistas de territórios dominados por mouros (RIBEIRO, 1988).

Parelho ao seu sistema econômico, a sociedade portuguesa desenvolveu uma civilização urbana e classista. Sua estrutura social era constituída por uma nobreza proprietária de terras e/ou cortesã, uma burguesia comercial e financeira, o clero católico, funcionários do Estado, intelectuais, advogados, artesões, camponeses e um lumpemproletariado¹⁰ (RIBEIRO, 1995).

No plano ideológico, desenvolveu um catolicismo fanático, que conduziu a movimentos messiânicos de extensão da cristandade¹¹, ao combate às heresias (mediante o suplício dos hereges) e à extrusão de mouros e judeus. Simultaneamente, cultivou o humanismo¹² (RIBEIRO, 1988).

O processo civilizatório acionado pela revolução mercantil, lançando Portugal aos mares em busca de riquezas e conquistas, incorporaria ao império mercantil salvacionista português significativo contingente das aldeias agrícolas indiferenciadas da Amazônia brasileira, na condição de povos subjugados e destinados não apenas a fornecer a força de trabalho indispensável aos empreendimentos portugueses na região, como também a transferir, para o

¹⁰Grupo social totalmente despossuído, constituído por “indivíduos arruinados e aventureiros egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, malfeitores recém-saídos da cadeia (...) batedores de carteira, rufiões, mendigos” etc. (MARX apud BOTTOMORE, 1983, P. 223).

¹¹ Relevante elucidar a atuação – determinante para o destino dos povos americanos – da estrutura de poder aristocrático-clerical mercantilista que comandava Portugal e Espanha no período em foco. Sob a égide do Vaticano, aos 04 de maio de 1493, a Igreja Católica dita a bula *Inter Coetera* e estende suas pretensões messiânicas sobre o Novo Mundo. Nos seguintes termos, a bula delineara o propósito dos visitantes e sentenciava a sorte dos nativos: “por nossa mera liberdade, e de ciência certa, e em razão da plenitude do poder Apostólico, todas as ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas ou por descobrir [...] A vós e a vossos herdeiros e sucessores (reis de Castela e Leão) pela autoridade de Deus onipotente a nós concedida em São Pedro assim como do vicariato de Jesus Cristo, a qual exercemos na terra, para sempre, no teor dos presentes, vô-las doamos, concedemos e entregamos com todos os seus domínios, cidades, fortalezas, lugares, vilas, direitos, jurisdições e todas as pertenças. E a vós e aos sobreditos herdeiros e sucessores, vos fazemos, constituímos e deputamos por senhores das mesmas, com pleno, livre e onímodo poder, autoridade e jurisdição. [...] sujeitar a Vós, por favor da Divina Clemência, as terras firmes e ilhas sobreditas, e os moradores e habitantes delas, e reduzi-los à Fé Católica” (MACEDO SOARES apud RIBEIRO, 1995, p. 40).

¹² Movimento intelectual de revalorização e retomada da cultura clássica, greco-romana

colonizador, o conhecimento necessário à sobrevivência nas duras condições ambientais da floresta equatorial (RIBEIRO, 1995).

6 A ATUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS SOCIEDADES AGRÍCOLAS INDIFERENCIADAS DA AMAZÔNIA: GENOCÍDIO, ETNOCÍDIO E ESCRAVIDÃO

A colonização do Brasil somente inicia três décadas após o “descobrimento”. As novas terras, a princípio, não excitam Portugal, visto que nelas não se encontra o móvel da expansão ultramarina: artigos passíveis de comercialização ou saque. Mesmo após 1530, a ocupação ocorre apenas devido à pressão das nações que estavam se tornando formações capitalistas, todas incitadas pela lenda de riquezas nas Américas. Tal fato compele Portugal a ocupar as novas terras, a fim de defender suas posses. Instalam-se, assim, os primeiros colonizadores, devotados à monocultura para exportação e usando força de trabalho negrada África¹³(FURTADO, 1982; PRADO JÚNIOR, 1988; RIBEIRO, 1995).

A ocupação da região amazônica, todavia, de condições ambientais mais difíceis, somente iniciaria por volta de 1600, tendo por principal atividade a preia de índios. Todavia, aos poucos, as potencialidades da floresta foram descobertas. Assim, no século XVIII, o Pará já se constituía em núcleo de exportação de gêneros tropicais. A força de trabalho necessária para a indústria extrativista proveio do próprio índio, mobilizado pelo colonato laico mediante as armas e/ou a sedução das quinquilharias e, de forma mais eficiente, pelos missionários religiosos, através da aculturação religiosa¹⁴ (FURTADO, 1982; PRADO JÚNIOR, 1988; RIBEIRO, 1995).

Duas as conseqüências, após algum tempo, da colonização da Amazônia. Primeiro, a incorporação dos nativos (exceto aqueles que se meteram em sítios inalcançados pelos brancos ou que nestes já viviam), por “atualização histórica”¹⁵, à

¹³ A princípio, os indígenas brasileiros foram alocados para a faina agrícola, na condição de escravos. Todavia, “não se submeteram com facilidade ao trabalho organizado que deles exigia a colonização”. (PRADO JÚNIOR, 1988, P. 12).

¹⁴Prado Júnior (1988, p. 70) explica a adaptação do índio amazônico ao trabalho demandado pelos colonizadores: “no vale amazônico os gêneros de atividades se reduzem praticamente a dois: penetrar a floresta ou os rios para colher os produtos ou capturar o peixe; e conduzir as embarcações que fazem todo o transporte e constituem o único meio de locomoção. Para ambos estava o indígena admiravelmente preparado. A colheita, a caça, a pesca já são seus recursos antes da vinda do branco [...] Remador também o índio é exímio [...] Empregado assim em tarefas que lhes são familiares [...], o índio se amoldou com muito mais facilidade”.

¹⁵ Modalidade de processo civilizatório pela qual “povos atrasados [...] são engajados compulsoriamente em sistemas mais evoluídos tecnologicamente, com perda de sua autonomia ou

formação mercantil salvacionista, na condição de camadas servis. Segundo, em decorrência da forma como se realizou a primeira, a mortandade biológica e cultural que redundou desse processo. Além dos índios que foram mortos nas caravanas de aprisionamento ou pela escravidão, muito contribuiu para o genocídio e etnocídio as doenças transmitidas pelo branco¹⁶ (PRADO JUNIOR, 1988; RIBEIRO, 1995).

Por fim, se escapavam do extermínio, da escravidão ou do contágio, sobrava-lhes a identidade destruída pela aculturação catequética dos padres. Com efeito, movidos pela intenção de construção de “repúblicas cristãs”, os religiosos católicos submetem os silvícolas à “domesticação”, capacitando-os como mão-de-obra explorada aos colonizadores (PRADO JUNIOR, 1988; RIBEIRO, 1995).

7 CONCLUSÃO

Como dito na seção sobre as aldeias agrícolas indiferenciadas da Amazônia, no que tange a seu sistema ideológico, elas se caracterizavam por dois subsistemas integrados de conhecimento. O primeiro, um conjunto de saberes práticos, que os habilitavam a viver nas difíceis condições da floresta, conhecendo-a em seus detalhes (a geografia, as águas e seus caminhos, as plantas, os frutos, os animais etc.) e dela retirando as provisões para as necessidades materiais, sociais, espirituais e estéticas. O segundo, um saber especulativo, o mito, pelo qual a existência, com seus traços gerais e particulares, era explicada.

O contato com o branco civilizado acarretará destinos diferenciados para cada um de ambos os subsistemas de saber supracitados.

O primeiro, o subsistema de saberes práticos, será percebido pelo colonizador como absolutamente indispensável à sua adaptação ao habitat silvestre. Conforme escreve Ribeiro (1995, p. 313), “os índios foram o saber, o nervo e o músculo” do colonizador. No princípio da empresa colonizadora, eram eles “que fixavam os rumos, remavam as canoas, abriam picadas na mata, descobriam e

mesmo com a sua destruição como entidade étnica”. “Atraso histórico”, por sua vez, é “o estado de sociedades cujo sistema adaptativo se funda numa tecnologia de mais baixo grau de eficiência produtiva do que o alcançado por sociedades contemporâneas” (RIBEIRO, 1988, p. 69).

¹⁶Osuplício do contágio alastrou-se por séculos. O Pajé Sateré-Mawé Ilson Brandão, 80 anos, residente em Barreirinha/AM (depoimento à Maria de Fátima Guedes Araújo, em outubro de 2014) delimita o ano de 1940, com a presença da PETROBRÁS na região, como marco de entrada das doenças sexualmente transmissíveis entre indígenas, assim como do avanço de doenças e do uso de antibióticos e alopáticos estranhos àquela cultura. Tal contexto, aos poucos, fora silenciando a figura do Pajé, assim como de outras categorias do universo mítico de cuidados em saúde.

exploravam as concentrações de especiarias, lavravam a terra e preparavam o alimento”. Destarte, através da convivência com o índio, esses saberes foram sendo paulatinamente apropriados pelos colonos, viabilizando a inserção da economia extrativista florestal no complexo mercantil salvacionista no qual o Brasil figurava como domínio colonial-escravista (FURTADO, 1982; RIBEIRO, 1995).

O segundo, o subsistema de saber especulativo, mítico, foi desqualificado pelo colonato. Oriundos de uma sociedade cujo sistema ideológico tinha por traço o catolicismo fanático e o movimento renascentista, os colonos europeus e seus descendentes viam com superioridade as crenças nativas, qualificando-as como pueris, insanas e demoníacas. Assim, os deuses dos índios foram declarados inexistentes; suas razões, menoscabadas; seus líderes religiosos, proclamados agentes do demônio. Não apenas o ser físico e o mundo social, mas também aquilo que, subjetivamente, outorgava sentido e beleza a existência do silvícola se esboroou sob a imposição da coroa, dos exércitos e dos padres do além-mar¹⁷.

Portanto, a apropriação do saber prático nativo, simultaneamente à desqualificação de sua contrapartida mítica, fora uma premente necessidade para a colonização da Amazônia. Pois, ensejaram a extração de suas riquezas em vista a satisfação dos interesses mercantis portugueses e legitimaram este procedimento atribuindo aos silvícolas o estado de uma humanidade inferiorizada, atrasada em sua tecnologia, medonha em seus modos de ser e demente em suas formas de conceber a existência. Destarte, a empresa salteadora, etnocida e genocida que constituía o império mercantil lusitano era camuflada em sua índole bárbara, sendo sacralizada pelo manto missionário de um dever redentor de povos desumanizados pela selvageria e pela ausência da verdadeira e piedosa religião.

¹⁷ O pouco do patrimônio cultural autóctone que conseguiu sobreviver continua vitimado pelos mais variados ataques da cultura dominante. Por exemplo, nas situações inóspitas vivenciadas pelas populações rurais amazônicas, ribeirinhas, descendentes de indígenas ou indígenas em relação às expressividades impostas pela vida urbana e concebidas como referenciais de civilização: fala, vestuário, alimentação, formas de ir e vir, lazer e, principalmente, a produção de saber. Vale destacar, pois imposta a todos, a experiência educacional escolar, na qual o universo original(hábitos, costumes, vivências comunitárias e saberes) das populações supracitadas pouco ou nada representa diante do saber tomado por oficial, que impõe linguagens, conhecimentos, valores, condutas e sentimentos que autorizam a ordem social vigente e afirmam-na como a única possibilidade razoável de organizar a produção, o viver e o pensar.

REFERÊNCIAS

BOTTOMORE, Tom. Lumpemproletariado. In: BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

COE, Michael; SNOW, Dean; BENSON, Elizabeth. *Américas antigas: mosaico de culturas*. Madrid: Edições del Prado, 1997, vs. 1-2.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 18ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1982.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 36ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

_____. *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.